

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT08.025

ANALFABETISMO FUNCIONAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: APONTAMENTOS E REFLEXÕES

Thatiane Santos Ruas¹
Jeisilaine de Faria Rodrigues²

RESUMO

O artigo é parte de um estudo monográfico desenvolvido no curso de Pedagogia, da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Ibirité, cujo tema principal foi o analfabetismo funcional presente na Educação Profissional ofertada em um município de Minas Gerais. O presente texto tem como objetivo apresentar apontamentos e reflexões sobre a presença do analfabetismo funcional na Educação Profissional. A abordagem metodológica é qualitativa e foi utilizada, como procedimento investigativo, a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, foram elencados descritores do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF) e analisados à luz de autores/as como Magda Soares e Vera Masagão Ribeiro, que discutem sobre a alfabetização e letramento, alfabetização funcional e suas implicações sociais e educacionais. Os resultados indicam que o analfabetismo funcional expressa dificuldades relacionadas à leitura, interpretação e produção de textos que afetam o processo de escolarização e a trajetória profissional de estudantes da Educação Profissional. Esse contexto representa uma realidade na trajetória de muitos jovens, os/

-
- 1 Doutora em Educação. Professora e coordenadora do curso de Pedagogia EaD da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Ibirité. thatiane.ruas@uemg.br.
 - 2 Graduada em Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Ibirité. Educadora Social em um Programa de Aprendizagem Profissional de Barbacena, MG. fariajeise@yahoo.com.br.

as quais, mesmo após anos de escolarização formal, são expostos à obstáculos significativos para o desenvolvimento da autonomia, da cidadania e da qualificação profissional, dificultando sua participação plena no mercado de trabalho e na sociedade. Conclui-se que as reflexões sinalizam lacunas no processo de escolarização ao longo da Educação Básica para estudantes, sobretudo aqueles/as oriundos de classes populares, além disso, nota-se a urgência de articulação entre políticas públicas, instituições de ensino e programas de formação profissional. É fundamental promover uma educação de qualidade que enfrente as limitações impostas pelo analfabetismo funcional, contribuindo para trajetórias mais justas, emancipadoras e inclusivas para os/as jovens brasileiros/as.

Palavras-chave: Analfabetismo Funcional, Descritores Inaf, Educação Profissional.

1 INTRODUÇÃO

O cenário educacional brasileiro, marcado por avanços e persistentes desafios, evidencia a complexidade de um fenômeno que afeta, significativamente, a formação cidadã e a inserção qualificada de jovens no mercado de trabalho: o analfabetismo funcional. Este não se restringe à ausência total de habilidades de leitura e escrita, mas manifesta-se na dificuldade em compreender, interpretar e produzir textos em contextos cotidianos e profissionais, mesmo após anos de escolarização formal. Tal realidade é preocupante, de modo geral, e, em especial, no âmbito da Educação Profissional, em que é esperado que os jovens desenvolvam e demonstrem competências que lhes permitam transitar com autonomia e criticidade no mundo do trabalho.

A partir de atuações profissionais das autoras deste texto, observou-se que a alfabetização e o letramento são processos sociais indissociáveis da formação profissional de jovens brasileiros/as e a problemática do analfabetismo funcional, profundamente enraizada em questões históricas, sociais e pedagógicas, demanda uma análise multifacetada. Desse modo, pelo presente artigo, oriundo de uma pesquisa monográfica desenvolvida em um curso de Pedagogia, propõe-se aprofundar em discussões sobre este fenômeno, com subsídios da pesquisa bibliográfica.

O objetivo geral é, portanto, apresentar apontamentos e reflexões sobre a presença e implicações do analfabetismo funcional no âmbito da Educação Profissional, a partir de um recorte bibliográfico. A escolha por este enfoque justifica-se pela relevância do tema no contexto educacional brasileiro e pela necessidade de ampliar a compreensão sobre como essa condição afeta a trajetória escolar e profissional de jovens inseridos/as em cursos profissionalizantes. Para alcançar este propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) revisar conceitos de alfabetização, letramento e analfabetismo funcional, contextualizando-os no cenário educacional brasileiro; b) discutir a relação entre o analfabetismo funcional e os desafios enfrentados pelos/as jovens na Educação Profis-

sional para sua plena inserção no mundo do trabalho; e c) refletir sobre a importância de políticas educacionais e práticas pedagógicas que visem superar o analfabetismo funcional e promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

A relevância deste estudo reside na urgência em compreender um fenômeno que, embora amplamente discutido, ainda impõe barreiras significativas ao desenvolvimento social e econômico do país. A experiência de uma das pesquisadoras em um programa de aprendizagem profissional, serviu como ponto de partida para o estudo monográfico, revelando de forma contundente as dificuldades enfrentadas por jovens na compreensão de documentos, manuais e instruções essenciais ao ambiente de trabalho. Essa observação inicial, embora não sendo o foco de análise de dados aqui, valida a pertinência de aprofundar na compreensão teórica sobre o tema.

Peres (2022, p. 165) ressalta a importância de uma educação acessível e de qualidade para a construção de uma nação justa: “[...] um país em que parcelas da população não têm acesso à leitura, à escrita, à escola, a todos os níveis de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Superior, no qual a educação é privilégio, não pode ser considerado uma nação justa, solidária, igualitária”. A ausência de proficiência em habilidades básicas de leitura e escrita impede o acesso pleno ao conhecimento e à cidadania, relegando muitos a um ciclo de subemprego e exclusão social.

A Educação Profissional, nesse contexto, assume um papel crucial. Conforme destacado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), essas instituições oferecem cursos que visam proporcionar conhecimentos, saberes e competências profissionais. No entanto, a eficácia desses programas é comprometida quando os estudantes não possuem as habilidades de letramento necessárias para absorver e aplicar o conteúdo, culminando em uma formação que, por vezes, não se traduz em qualificação profissional efetiva.

Considerando o papel da Educação Profissional na formação de sujeitos aptos a atuarem no mundo do trabalho, torna-se essencial discutir as

barreiras impostas pela baixa proficiência em leitura, escrita e interpretação. Tal discussão será ancorada em referenciais teóricos como Paulo Freire, Magda Soares, Vera Masagão Ribeiro, entre outros, e nos descritores do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF), que oferecem parâmetros para compreensão dos diferentes níveis de letramento funcional.

Este artigo está estruturado em seções que abordam, inicialmente, os pressupostos teóricos da alfabetização, letramento e analfabetismo funcional, com um olhar atento à sua manifestação na Educação Profissional. Posteriormente, a metodologia da pesquisa bibliográfica é detalhada, seguida pela apresentação e discussão dos resultados e, por fim, as considerações finais que sintetizam os achados e apontam para futuras reflexões. A intenção é contribuir para o debate acadêmico sobre a urgência de políticas públicas integradas, voltadas à superação do analfabetismo funcional, sobretudo entre estudantes oriundos de camadas populares que encontram na Educação Profissional uma possibilidade de ascensão social e emancipação cidadão.

2 ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E ANALFABETISMO FUNCIONAL: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A compreensão do analfabetismo funcional exige uma imersão nos conceitos de alfabetização e letramento, que, embora interligados, possuem distinções cruciais para o entendimento da formação do indivíduo na sociedade contemporânea. A alfabetização, em sua acepção mais elementar, refere-se ao processo de aquisição do sistema de escrita alfabética, ou seja, à capacidade de decodificar e codificar letras e palavras. No entanto, como Paulo Freire (1983, p. 56) magistralmente ensinou, “[...] alfabetização é mais, muito mais, que ler e escrever.

“É a habilidade de ler o mundo, é a habilidade de continuar aprendendo e é a chave da porta do conhecimento”. Essa perspectiva freiriana

amplia o conceito para além da mera técnica, inserindo-o no campo da leitura crítica da realidade social.

O letramento, por sua vez, transcende a habilidade mecânica da escrita e da leitura, abrangendo o uso social e contextualizado dessas habilidades. Magda Soares (2016, p. 143- 164) enfatiza que “o problema não é o método de alfabetização, é alfabetizar sem método”, e que o letramento capacita o indivíduo a participar ativamente da cultura escrita em diferentes esferas da vida. Para Soares e Batista (2007, p. 24), enquanto a alfabetização se relaciona com o domínio da tecnologia da escrita, o letramento diz respeito ao “conjunto de conhecimentos, atitudes e capacidades envolvidos no uso da língua em práticas sociais e necessários para uma participação ativa e competente na cultura escrita”. Isso significa que um indivíduo letrado não apenas lê e escreve, mas compreende o propósito, o contexto e as implicações de diferentes gêneros textuais, utilizando-os para interagir socialmente.

A alfabetização e o letramento constituem práticas fundamentais para o desenvolvimento humano e para o exercício pleno da cidadania. No entanto, no Brasil, grande parte da população enfrenta limitações severas no uso funcional da leitura e da escrita, mesmo após anos de escolarização formal. Essa condição, conhecida como analfabetismo funcional, compromete diretamente a capacidade dos sujeitos de interpretar textos, resolver problemas cotidianos e participar de maneira crítica e autônoma na sociedade.

A distinção entre alfabetizado e letrado é fundamental para entender o analfabetismo funcional. É possível ser alfabetizado, ou seja, dominar o código escrito, mas não ser plenamente letrado, ou seja, não conseguir usar a leitura e a escrita de forma eficaz em situações cotidianas ou profissionais complexas. Soares e Batista (2007, p. 50) explicitam essa condição ao afirmar que “há alfabetizados não letrados e também é possível haver analfabetos com um certo nível de letramento”. Essa observação é crucial para o debate sobre o analfabetismo funcional, pois revela que o problema não se resolve apenas com a aquisição da leitura e da escrita básica.

A alfabetização e o letramento, sob a ótica social, buscam fomentar a igualdade de oportunidades e combater a exclusão. Para isso, as práticas pedagógicas devem ser significativas e contextualizadas, conectando-se à realidade dos estudantes. Monteiro (2014, p. 1) destaca a importância de um “ambiente alfabetizador”, que se configura como um espaço onde a cultura escrita é reconhecida, problematizada e construída, por meio da presença e do uso de diversos materiais escritos (livros, jornais, textos digitais) e das práticas sociais de leitura e escrita mediadas por eles.

Ribeiro (1997, p. 270) complementa essa visão ao afirmar que “a educação escolar nas sociedades letradas tem como objetivo principal capacitar os indivíduos a se movimentarem de forma autônoma em um contexto que se caracteriza pelo amplo e variado uso da linguagem escrita”. Quando essa capacitação não ocorre de forma plena, emergem as consequências do analfabetismo funcional.

2.1 ANALFABETISMO FUNCIONAL NO BRASIL: DADOS E CONTEXTO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

No Brasil, a mensuração do analfabetismo funcional é realizada principalmente pelo Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF), uma iniciativa do Instituto Paulo Montenegro (IPM) em parceria com a ONG Ação Educativa e o IBOPE Inteligência. O INAF, criado para avaliar as habilidades de leitura, escrita e matemática aplicadas ao cotidiano, classifica a população em diferentes níveis de alfabetismo.

Os resultados do INAF 2018, que servem como referência para esta análise, revelam um cenário preocupante, especialmente no que tange à população em idade economicamente ativa. A Tabela 1, baseada nos dados do INAF 2018, ilustra a distribuição dos níveis de alfabetismo no Brasil.

Tabela 1: Nível de Alfabetismo no Brasil em 2018

Nível de Alfabetismo	Porcentagem da população
Analfabeto	8%
Rudimentar	22%
Elementar	34%
Intermediário	25%
Proficiente	12%

Fonte: <https://alfabetismofuncional.org.br/alfabetismo-no-brasil/> Acesso em 20 de nov. de 2024.

De acordo com o INAF (2018), os indivíduos classificados nos níveis “Analfabeto”, “Rudimentar” e “Elementar” são considerados analfabetos funcionais. Somando essas categorias, percebe-se que uma parcela significativa da população brasileira ($8\% + 22\% + 34\% = 64\%$) apresenta deficiências nas habilidades de letramento. Isso significa que, mesmo tendo frequentado a escola por algum tempo, muitos indivíduos não conseguem compreender e utilizar informações escritas de forma autônoma e eficaz em situações cotidianas e profissionais.

O INAF (2020) aponta que “[...] um em cada quatro trabalhadores do país é considerado Analfabeto Funcional, cenário que impacta o setor produtivo brasileiro tanto em época de crise como nos momentos de aquecimento econômico”. Essa constatação sublinha a dimensão socioeconômica do problema, que transcende a esfera individual e afeta a produtividade e a competitividade do país.

Ferraro (1985, p. 35) argumenta que o analfabetismo funcional é um reflexo das falhas históricas do sistema educacional brasileiro, que, por vezes, nega ou oferece uma educação precária às classes populares:

A negação da educação escolar para as classes populares/classe trabalhadora vem se constituindo como o *modus operandi* das elites em manter o controle hegemônico das massas, ora negando a escola ora oferecendo-a de forma precária, o que acaba fatalmente contribuindo para o deserto educacional que assola o país com índices de analfabetismo funcional e absoluto que ainda persistem.

Essa perspectiva crítica de Ferraro (2012) nos ajuda a compreender que o analfabetismo funcional não é um problema isolado, mas uma manifestação de desigualdades sociais e educacionais históricas. Ele se distingue do analfabetismo absoluto (incapacidade total de ler e escrever) por envolver uma limitação na capacidade de atuação eficaz na comunidade e no mercado de trabalho, em relação aos usos da leitura, escrita e aritmética, mesmo que haja alguma habilidade básica.

A Educação Profissional, que tem experimentado uma significativa expansão no Brasil nas últimas décadas, emerge como um campo fértil para a manifestação e o enfrentamento do analfabetismo funcional. Iniciativas como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Programa Brasil Profissionalizado e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) buscaram ampliar o acesso à qualificação profissional. Magalhães e Castioni (2019, p. 734) destacam que “a Rede Federal foi escolhida como a expressão dessa expansão, pois foi a mais coordenada das iniciativas recentes no campo educacional e dotou, em diversos pontos do território nacional, de escolas muito bem equipadas em termos de pessoal e de infraestrutura”.

No entanto, a mera expansão do acesso não garante a qualidade da formação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 39, embora preveja que as instituições de educação profissional possam oferecer cursos especiais abertos à comunidade, “condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade” (BRASIL, 1996, p. 1), não aborda diretamente as lacunas de letramento que muitos estudantes podem apresentar.

O Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB, 2012) reforça que os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio devem proporcionar conhecimentos, saberes e competências profissionais para o exercício profissional e da cidadania. Contudo, como observado em experiências práticas e corroborado pelos dados do INAF, muitos jovens que ingressam nesses cursos, apesar de terem concluído a educação básica, ainda demonstram fragilidades no letramento.

Percebe-se, portanto, uma dissonância entre as expectativas da Educação Profissional e a realidade das habilidades de letramento de parte de seus estudantes. A persistência do analfabetismo funcional entre jovens aprendizes, por exemplo, não se deve apenas a questões cognitivas individuais, mas a um processo de escolarização que, historicamente, não conseguiu promover o letramento de forma plena e contextualizada. Soares (2016) aponta que a complexidade do processo de letramento exige práticas pedagógicas diversificadas, significativas e fundamentadas em situações reais de uso da escrita.

Além das questões pedagógicas, a desigualdade social, a falta de acesso e infraestrutura nas escolas, e as condições de trabalho precárias dos educadores contribuem para a perpetuação do problema. Ferraro (2009, p. 195) adverte que “não basta superar a exclusão da escola mediante a expansão e até a universalização do acesso. Importa transformar a lógica de exclusão que historicamente veio regendo o processo de escolarização das camadas populares”.

Para Ribeiro (1997), o analfabetismo funcional é a incapacidade de o indivíduo utilizar as habilidades de leitura e escrita para atender às demandas básicas da vida cotidiana e do mundo do trabalho. Isso implica que, mesmo que o indivíduo seja capaz de decodificar palavras, ele pode falhar na compreensão de textos complexos, na extração de informações relevantes ou na elaboração de comunicações escritas eficazes. Essa limitação impacta diretamente suas oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal.

A inserção no mundo do trabalho, para indivíduos com analfabetismo funcional, torna-se um desafio considerável. Embora possam ter habilidades técnicas para determinadas funções, a dificuldade em compreender manuais, preencher formulários, interpretar instruções de trabalho ou se comunicar por escrito limita seu desempenho e suas possibilidades de ascensão. Toledo (2015, p. 45) aponta para o “mal-estar na educação”, que inclui “situações de fracasso escolar, entre as quais se destacam as dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita”, questionando a própria

função da escola na construção do conhecimento mediado pela linguagem.

A superação do analfabetismo funcional é, portanto, uma tarefa coletiva. Iwasse, Araújo e Ribeiro (2021, p. 14) contextualizam essa questão ao afirmar que “a história da educação no Brasil até aqui caminhou com direta relação à divisão social e à técnica do trabalho”. A educação, muitas vezes, foi moldada para atender às demandas de uma estrutura social desigual, reproduzindo-a.

É imperativo que a sociedade, o governo e o setor privado unam esforços para combater o analfabetismo funcional, não apenas como uma questão de produtividade, mas como uma questão de justiça social. Promover o letramento pleno significa capacitar os indivíduos para a vida, para o exercício da cidadania e para a participação ativa em uma sociedade cada vez mais letrada e complexa.

2.2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UM OLHAR CRÍTICO

A Educação Profissional no Brasil possui uma trajetória complexa e intrinsecamente ligada às dinâmicas sociais e econômicas do país. Embora seus primórdios sejam frequentemente associados à criação do Colégio das Fábricas por D. João VI, em 1809, com o objetivo de formar “artistas e aprendizes” (Garcia, 2000, p. 7), é a partir do século XX que ela ganha maior relevância, especialmente com a industrialização e a crescente demanda por mão de obra qualificada.

No entanto, a expansão da Educação Profissional no Brasil é muitas vezes vista por pesquisadores como um reflexo da incapacidade do sistema educacional em garantir a todos o acesso à formação integral na educação básica. Shiroma e Filho (2011, p. 727) argumentam que “historicamente, em nosso país, as políticas educacionais não favoreceram que alunos das classes trabalhadoras realizassem um percurso educacional capaz de garantir o direito à conclusão da educação básica com forma-

ção integral”. Essa perspectiva crítica sugere que a Educação Profissional, em certos momentos, funcionou como uma via para canalizar as classes populares para o mercado de trabalho de forma mais rápida, sem garantir uma formação humanística e crítica mais ampla.

Lima, Tavares e Melo (2022, p. 4) corroboram essa visão ao afirmar que “a educação profissional se firma a partir da revolução industrial, quando, pela emergente necessidade de produção, surge na mesma linha a necessidade de mão de obra, sem, todavia, estar preocupada com a formação humana”. Essa historicidade revela que a preocupação com a formação do trabalhador, muitas vezes, se sobrepôs à preocupação com a formação do cidadão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, representou um marco importante na regulamentação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O Capítulo III da LDB, artigos 39 a 42, dedicou-se à Educação Profissional, estabelecendo seus princípios, formas de articulação e objetivos. Contudo, a redação inicial da LDB deixou muitas definições em aberto, o que levou à publicação de decretos e resoluções complementares.

O Decreto nº 2.208/1997, por exemplo, regulamentou a EPT e impôs a separação entre o Ensino Médio e a formação técnica, extinguindo a possibilidade de formação técnica integrada. Essa medida foi amplamente criticada por setores da academia e da sociedade civil, que viam nela um reforço à dualidade estrutural do sistema educacional brasileiro, onde a formação para o trabalho é dissociada da formação geral, especialmente para os mais pobres. Afonso e Gonzales (2016, p. 721) destacam que essa mudança evidenciou “o objetivo político e o compromisso do governo com uma formação tecnicista voltada para o mercado de trabalho e flexível de acordo com os interesses econômicos, exterminando a possibilidade de uma formação mais humanística e unitária”.

Essa lógica, segundo Shiroma e Filho (2011, p. 728), leva a uma “educação geral e profissional destinada aos trabalhadores [que] caracteriza-se, desde as origens, pela insuficiência de recursos, terminalidade em níveis

elementares da escolarização, configuração de currículos e modelos educacionais de adestramento para o trabalho”. Tal cenário reforça a segregação e a precarização da formação oferecida às classes trabalhadoras.

A revogação do Decreto nº 2.208/1997 pelo Decreto nº 5.154/2004, no governo Lula, marcou um retorno à possibilidade de integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, embora as formas subsequente e concomitante também tenham sido mantidas. Moura (2010, p. 882) observa que “essas múltiplas possibilidades constituem-se em bom indicador das mencionadas polêmicas” em torno da relação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional.

Apesar dos debates e das mudanças legislativas, a questão da qualidade da formação e do combate ao analfabetismo funcional na Educação Profissional ainda persiste. A massificação dos cursos profissionalizantes, sem a devida atenção às lacunas de letramento dos estudantes, pode resultar em uma formação que não garante o pleno desenvolvimento das competências necessárias para o exercício profissional e da cidadania.

É fundamental que as políticas educacionais e as práticas pedagógicas na Educação Profissional considerem o analfabetismo funcional como um desafio a ser superado, e não como uma limitação inerente a determinados grupos sociais. Como afirmam Lima, Tavares e Melo (2022, p. 3), “para conseguirmos compreender a construção e desenvolvimento da educação profissional, incluindo suas metodologias e finalidades, é importante compreendermos o processo histórico em que esta se insere”. Somente compreendendo essa trajetória, com seus avanços e contradições, poderemos propor soluções eficazes para garantir que a Educação Profissional seja, de fato, um caminho para a qualificação plena e a inclusão social.

3 METODOLOGIA

O presente artigo se alicerça, metodologicamente, em uma abordagem qualitativa, que, conforme Lüdke e André (1986, p. 05), busca “captar

essa realidade dinâmica e complexa do seu objeto de estudo, em sua realização histórica”. Para esta finalidade, a pesquisa empregou predominantemente a pesquisa bibliográfica, complementada pela compreensão do contexto de um estudo de caso previamente realizado por uma das pesquisadoras, que motivou e embasou a construção das categorias de análise aqui apresentadas.

A escolha da pesquisa bibliográfica justifica-se pela necessidade de aprofundar o referencial teórico sobre o analfabetismo funcional, a alfabetização, o letramento e a Educação Profissional no Brasil. Segundo Ludke e André (2018, p. 1-2), a pesquisa bibliográfica permite “promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico construído a respeito dele”. Dessa forma, foi possível estabelecer um diálogo entre os conceitos-chave e a problemática central do estudo.

O levantamento bibliográfico foi realizado em diversas plataformas de pesquisa acadêmicas, incluindo SciELO (Scientific Electronic Library Online), Portal de Periódicos CAPES, Eric (Education Resources Information Center), BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), além de acervos de bibliotecas virtuais e físicas, como a Brasileira e a Biblioteca Domínio Público, e a Biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais. Os termos de busca utilizados foram estrategicamente selecionados para abranger o escopo da pesquisa, incluindo: “Analfabetismo Funcional”, “Alfabetização”, “Letramento”, “Educação Profissional”, “Jovens Aprendizes”, “Políticas Educacionais”, “INAF (Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional)”, entre outros termos correlatos e descritores específicos.

Os autores selecionados para fundamentar a discussão incluem nomes renomados no campo da educação brasileira, como Paulo Freire, Magda Soares, Vera Masagão Ribeiro e Alceu Ravello Ferraro, entre outros(as), cujas obras oferecem perspectivas críticas e aprofundadas sobre os processos de alfabetização, letramento e as implicações sociais do analfabetismo funcional. A análise desses autores foi crucial para a construção

de um arcabouço teórico robusto que permitisse compreender as dimensões do problema e suas relações com a Educação Profissional.

3.1 CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE A PARTIR DOS DESCRITORES DO INAF

Para a estruturação da análise bibliográfica e, buscando uma ponte com a experiência da pesquisa de campo original, utilizou-se a escala de proficiência projetada pelo INAF (Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional) como uma ferramenta conceitual para categorizar os níveis de letramento. Embora não haja aplicação direta de testes, a estrutura do INAF oferece um panorama dos diferentes níveis de domínio das habilidades de leitura, escrita e numeramento, permitindo que a discussão bibliográfica seja direcionada para os desafios enfrentados pelos indivíduos em cada um desses níveis.

Para Gomes (2004, p. 70), “a palavra categoria, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si”. Assim, a partir das referências bibliográficas, foi possível agrupar e analisar as informações de acordo com os descritores e níveis de proficiência propostos pelo INAF.

A metodologia do INAF, que passou por aperfeiçoamentos e integra os níveis de alfabetismo e numeramento em uma escala de proficiência única desde 2006 (Vóvio, 2008, p. 1), permite uma compreensão mais refinada do analfabetismo funcional. As figuras que seguem ilustram as alterações dos intervalos de proficiência da escala INAF entre 2008 e 2015, as quais foram utilizadas como um referencial para a discussão dos níveis de letramento no contexto da Educação Profissional.

Figura 2 – Cortes dos Grupos de Alfabetismo e intervalo na escala de proficiência Inaf - 2008-2011

Grupos de alfabetismo	Intervalo
Analfabeto	$0 < X \leq 50$
Rudimentar	$50 < X \leq 95$

Grupos de alfabetismo	Intervalo
Elementar	$95 < X \leq 119$
Intermediário	$119 < X \leq 137$
Proficiente	> 137

Fonte: 2015_Relatorio_Letramento_e_Mundo_do_Trabalho.pdf. Disponível em <https://alfabetismofuncional.org.br/alfabetismo-no-brasil/>. Acesso em 16 nov, 2024.

Figura 3 - Cortes dos Grupos de Alfabetismo e intervalo na escala do estudo especial - 2015

Grupos de alfabetismo	Intervalo
Analfabeto	$0 < X \leq 50$
Rudimentar	$50 < X \leq 95$
Elementar	$95 < X \leq 119$
Intermediário	$119 < X \leq 137$
Proficiente	> 137

Fonte: 2015_Relatorio_Letramento_e_Mundo_do_Trabalho.pdf. Disponível em <https://alfabetismofuncional.org.br/alfabetismo-no-brasil/>. Acesso em 16 nov, 2024.

A partir dessa categorização, a pesquisa bibliográfica buscou identificar e discutir as características de cada nível de alfabetismo funcional, correlacionando-as com as dificuldades observadas e relatadas na literatura sobre a Educação Profissional. A intenção não foi quantificar os índices, mas sim qualificar a discussão sobre as implicações de cada nível de letramento para a formação e inserção de jovens no mercado de trabalho.

Portanto, a metodologia adotada permitiu uma análise aprofundada da literatura existente, articulando os conceitos teóricos sobre alfabetização, letramento e analfabetismo funcional com a realidade da Educação Profissional, e utilizando a estrutura conceitual do INAF como uma lente para a compreensão dos desafios enfrentados pelos jovens brasileiros. O foco na pesquisa bibliográfica garante a profundidade teórica necessária para discutir o tema em suas múltiplas dimensões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES: O ANALFABETISMO FUNCIONAL COMO OBSTÁCULO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A análise da vasta literatura sobre alfabetização, letramento e analfabetismo funcional, em conjunção com as discussões sobre a trajetória da Educação Profissional no Brasil, revelou que o analfabetismo funcional se configura como um dos principais entraves para o pleno desenvolvimento de competências e para a inserção qualificada de jovens no mercado de trabalho. Os resultados desta pesquisa bibliográfica corroboram a hipótese de que, mesmo após anos de escolarização, muitos indivíduos não desenvolvem as habilidades de letramento necessárias para atuar com autonomia e criticidade em contextos complexos, como o da educação profissional e do mundo do trabalho.

A discussão dos resultados é guiada pelos níveis de proficiência do INAF, que, embora não aplicados diretamente como instrumento de coleta de dados neste artigo (cujo foco é bibliográfico), servem como categorias analíticas para interpretar as dificuldades relatadas pelos autores pesquisados.

4.1 NÍVEL ANALFABETO E RUDIMENTAR: AS PRIMEIRAS BARREIRAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Os indivíduos classificados como “Analfabetos” (8% da população, segundo o INAF 2018) ou “Rudimentares” (22%) representam o grupo com as maiores dificuldades de letramento. No contexto da Educação Profissional, a presença de jovens nestes níveis significa um desafio fundamental. Embora a LDB (BRASIL, 1996) preveja a matrícula em cursos especiais condicionada à “capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade”, a realidade é que a ausência de habilidades básicas de leitura e escrita impede o acompanhamento mínimo das atividades.

A literatura revisada aponta que estudantes nesse patamar frequentemente lutam com a compreensão de textos simples, a identificação de informações explícitas e a produção de frases coerentes. Em cursos profissionalizantes, isso se traduz em obstáculos para:

- **Compreensão de manuais técnicos e instruções de trabalho:** mesmo as mais básicas, exigindo auxílio constante.
- **Preenchimento de formulários e documentos:** essenciais para processos de matrícula, contratação ou registro profissional.
- **Acompanhamento de aulas teóricas:** a dificuldade em registrar anotações ou compreender exposições mais complexas compromete o aprendizado.
- **Participação em atividades práticas:** mesmo nestas, a leitura de rótulos, a interpretação de esquemas ou a anotação de resultados se tornam barreiras.

Ferraro (1985, p. 35) argumenta que a persistência desses níveis de analfabetismo é um reflexo da “negação da educação escolar para as classes populares” e da oferta de uma “escola precária”. Essa precariedade, manifestada em práticas pedagógicas inadequadas e falta de recursos, contribui para que jovens cheguem à Educação Profissional sem o mínimo de letramento funcional, comprometendo desde o início sua trajetória.

4.2 NÍVEL ELEMENTAR: O DESAFIO DA AUTONOMIA E DA INTERPRETAÇÃO

O nível “Elementar” (34% da população, INAF 2018) é o que mais se enquadra na definição de analfabetismo funcional. Indivíduos neste nível são capazes de ler e escrever frases simples, mas demonstram dificuldades significativas em tarefas que exigem interpretação, inferência e uso de informações em diferentes contextos. Para Magda Soares (2016), o letramento envolve exatamente essa capacidade de “usar a língua como

instrumento de inserção na sociedade e de luta por direitos fundamentais”. Quando essa capacidade é limitada, mesmo para quem “sabe ler”, o impacto na Educação Profissional é notório.

As discussões bibliográficas apontam que jovens no nível elementar enfrentam problemas como:

- **Interpretação de contratos de trabalho e legislação:** a complexidade da linguagem jurídica e técnica impede a compreensão de direitos e deveres.
- **Análise crítica de informações:** a capacidade de questionar, comparar e sintetizar informações de diferentes fontes é limitada, dificultando o pensamento crítico e a tomada de decisões autônomas.
- **Produção textual coerente e coesa:** a elaboração de relatórios, e-mails profissionais ou currículos apresenta falhas estruturais e de sentido.
- **Resolução de problemas que exigem compreensão textual:** problemas matemáticos contextualizados ou situações-problema do cotidiano profissional que dependem da interpretação de enunciados.

Afonso e Gonzales (2016, p. 721) criticam a lógica de “formação tecnicista voltada para o mercado de trabalho” imposta por decretos como o de 1997, que “exterminava a possibilidade de uma formação mais humanística e unitária”. Essa fragmentação do ensino contribui para que o letramento funcional não seja priorizado, resultando em profissionais com habilidades técnicas, mas limitados em sua capacidade de adaptação, resolução de problemas complexos e participação cidadã. A leitura de mundo, tão defendida por Paulo Freire (1983), é comprometida quando o letramento se restringe ao mínimo necessário para a decodificação.

4.3 NÍVEIS INTERMEDIÁRIO E PROFICIENTE: O IMPACTO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Os níveis “Intermediário” (25% da população) e “Proficiente” (12%, INAF 2018) representam o domínio mais completo das habilidades de letramento. Indivíduos nesses níveis são capazes de compreender textos complexos, inferir informações, analisar criticamente e produzir textos coerentes e bem estruturados. No entanto, mesmo entre esses grupos, a pesquisa bibliográfica sugere que a qualidade da Educação Básica ainda é um fator determinante.

Para Ribeiro (1997, p. 270), a educação escolar deve capacitar os indivíduos a se movimentarem “de forma autônoma em um contexto que se caracteriza pelo amplo e variado uso da linguagem escrita”. A ausência dessa capacitação plena na Educação Básica reverbera na Educação Profissional, mesmo para aqueles com níveis mais altos de letramento. Questões como a desigualdade social e a precarização das escolas públicas, mencionadas por Shiroma e Filho (2011), podem impactar o acesso a materiais didáticos de qualidade, a práticas pedagógicas inovadoras e a um ambiente alfabetizador que estimule a leitura e a escrita para além do básico.

A discussão sobre o analfabetismo funcional na Educação Profissional revela que o problema não se resolve apenas com a oferta de vagas ou a aquisição de habilidades técnicas.

É necessário um olhar para a formação integral do indivíduo, que inclua o desenvolvimento do letramento em todas as suas dimensões. O “mal-estar na educação” (Toledo, 2015, p. 45), expresso pelas dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita, questiona a própria capacidade da escola de construir conhecimento mediado pela linguagem.

4.4 IMPLICAÇÕES DO ANALFABETISMO FUNCIONAL PARA A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Os resultados da pesquisa bibliográfica apontam que o analfabetismo funcional tem implicações diretas e severas na inserção e na progressão de jovens no mercado de trabalho. Como enfatizado pelo INAF (2020), o analfabetismo funcional “impacta o setor produtivo brasileiro”. As dificuldades de letramento se manifestam em diversas esferas:

- **Acesso a melhores oportunidades:** muitas vagas exigem habilidades de leitura e escrita para além do básico, como a interpretação de editais, a elaboração de projetos ou a comunicação escrita eficiente.
- **Desenvolvimento de carreira:** a incapacidade de compreender treinamentos, manuais de máquinas ou novas tecnologias limita a qualificação e a ascensão profissional.
- **Participação sindical e cidadã:** a leitura e a compreensão de estatutos, leis trabalhistas e documentos sindicais são cruciais para o exercício pleno dos direitos e deveres do trabalhador.
- **Autonomia no ambiente de trabalho:** a dependência de terceiros para a interpretação de informações simples ou complexas compromete a autonomia e a produtividade.

A persistência do analfabetismo funcional no contexto da Educação Profissional reforça a visão de que a educação no Brasil ainda não é plenamente inclusiva e libertadora. A formação, por vezes, se restringe ao adestramento para o trabalho, sem o desenvolvimento de um pensamento crítico e da capacidade de intervenção social. Iwasse, Araújo e Ribeiro (2021, p. 14) alertam para a “relação direta [da educação] à divisão social e à técnica do trabalho”, que historicamente tem conduzido a encaminhamentos que reproduzem desigualdades.

A superação do analfabetismo funcional, portanto, não é apenas uma questão pedagógica, mas um imperativo social e econômico. Requer um esforço conjunto para que as instituições de Educação Profissional, em articulação com a Educação Básica, desenvolvam práticas pedagógicas que promovam o letramento em sua integralidade, preparando os jovens não apenas para uma função específica, mas para uma vida plena de possibilidades e para o exercício da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo, a partir da pesquisa bibliográfica, aprofundou na discussão sobre o analfabetismo funcional no contexto da Educação Profissional no Brasil. Os achados teóricos confirmam que este fenômeno possivelmente representa um dos principais desafios educacionais contemporâneos, impactando diretamente a formação cidadã e as perspectivas de inserção e desenvolvimento profissional de jovens, especialmente aqueles oriundos de camadas populares.

Revisitar os conceitos de alfabetização e letramento, à luz de autores como Paulo Freire e Magda Soares, permitiu reafirmar que o processo de apropriação da escrita vai muito além da mera decodificação. O letramento, como uso social da leitura e da escrita, é fundamental para que o indivíduo possa “ler o mundo” criticamente e participar ativamente da cultura escrita em diferentes esferas da vida. A persistência do analfabetismo funcional, evidenciada pelos dados do INAF, revela que grande parte da população brasileira, mesmo tendo acesso à escolarização, não desenvolve plenamente as competências de letramento necessárias para atuar com autonomia e criticidade em contextos complexos.

A trajetória histórica da Educação Profissional no Brasil, marcada por avanços e contradições, aponta para a necessidade de repensar suas finalidades. Embora a expansão e o aprimoramento dessa modalidade de ensino sejam cruciais para o desenvolvimento do país, a pesquisa bibliográfica demonstrou que as fragilidades no letramento dos estudan-

tes podem comprometer a eficácia desses programas. A prevalência do analfabetismo funcional entre jovens que buscam qualificação profissional indica que o sistema educacional, em suas diferentes etapas, ainda não garante o pleno desenvolvimento das competências de letramento a todos.

A problematização dos desafios decorrentes do analfabetismo funcional para a inserção no mercado do trabalho é um ponto central deste estudo. As dificuldades de compreensão de manuais, leis, contratos e a limitação na produção de textos eficazes impõem barreiras significativas ao acesso a melhores oportunidades, ao desenvolvimento de carreira e ao exercício pleno da cidadania no ambiente profissional. Essa realidade reforça a ideia de que a educação, muitas vezes, tem reproduzido desigualdades, em vez de promover a emancipação.

Em suma, superar o analfabetismo funcional na Educação Profissional é uma tarefa complexa que exige um compromisso coletivo. Não se trata apenas de aprimorar metodologias de ensino da leitura e da escrita, mas de promover uma educação que seja verdadeiramente inclusiva, que reconheça a diversidade dos estudantes e que os capacite não apenas para o trabalho, mas para a vida em sociedade. Parafraseando Paulo Freire, é preciso alfabetizar para libertar, para que cada indivíduo possa construir sua própria trajetória, com autonomia e dignidade.

É fundamental que as políticas públicas e as instituições de ensino profissional articulem-se com a Educação Básica, buscando identificar e intervir precocemente nas lacunas de letramento. Isso implica em investir na formação de educadores, na oferta de materiais didáticos adequados, na criação de ambientes alfabetizadores e na adoção de práticas pedagógicas que promovam o letramento funcional e crítico. Somente assim a Educação Profissional poderá cumprir seu papel de formar cidadãos e profissionais capazes de enfrentar os desafios do século XXI e de construir uma sociedade mais justa e equitativa.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, M. R. A.; GONZALES, I. M. J. Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: uma análise das políticas educacionais de 1996 a 2014. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, v. 72, n. 1, p. 717-738, 2016.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 abr. 1997.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 8 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 dez. 1999.
- BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 2004.
- CNE/CEB. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 11/2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF, 2012.
- FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2017.
- FERRARO, A. R. **Analfabetismo e escolarização no Brasil: a história da exclusão**. Campinas: Autores Associados, 1985.
- FERRARO, A. R. Analfabetismo funcional. In: SOARES, M. (Org.). **Letramento no Brasil: números e perspectivas**. São Paulo: Global, 2012. p. 243-248.
- FERRARO, A. R. O analfabetismo funcional e o direito à educação dos trabalhadores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 187-203, 2009.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1983.

GARCIA, J. S. **Educação profissional no Brasil**. Curitiba: CRV, 2000.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 67-80.

GORETTE, S. R. S.; RODRIGUES, E. Pedagogia Social: a formação do pedagogo para atuar em espaços não formais. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Manaus, v. 1, n. 4, p. 202-218, 2017.

INAF. **Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional**. Relatório 2018. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro, Ação Educativa, 2018. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

INAF. **Analfabetismo funcional no Brasil: dados, desafios e perspectivas**. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro, Ação Educativa, 2020. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/noticias/analfabetismo-funcional-no-brasil-dados-desafios-e-perspectivas/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

INAF. **Analfabetismo funcional: níveis e características**. Significados. Disponível em: <https://www.significados.com.br/analfabetismo-funcional/>. Acesso em: 16 nov. 2023. IWASSE, L.; ARAÚJO, L. C.; RIBEIRO, S. Educação e trabalho: um olhar sobre a educação profissional. **Revista Eletrônica Scientia**, n. 4, p. 1-18, 2021.

LIMA, R. L.; TAVARES, J. M.; MELO, J. A. P. Educação profissional no Brasil: um breve histórico. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, e30111124653, 2022. LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2018.

MACHADO, L. R.; VELTEN, H. M. P. As políticas de educação profissional no Brasil: entre a LDB/96 e o decreto 5.154/2004. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1113-1128, 2013.

MAGALHÃES, H. D. C.; CASTIONI, R. Expansão da educação profissional e tecnológica no Brasil: desafios e perspectivas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 731-750, 2019.

MONTEIRO, L. C. Ambiente alfabetizador: o que é e como construir. **Revista Pátio**, Porto Alegre, n. 29, p. 45-48, 2014.

MOURA, D. H. Educação profissional e Ensino Médio: uma relação em debate. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 867-885, 2010.

PERES, E. T. Educação e justiça social no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 159-172, 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, V. M. R. **A prática da alfabetização: uma abordagem histórica**. São Paulo: Cortez, 1997.

SHIROMA, E. O.; FILHO, J. C. Educação e trabalho: relações e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 721-736, 2011.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Alfabetização**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 143-164, 2016.

SOARES, M.; BATISTA, A. A. G. (Org.). **Alfabetização e letramento: um diálogo com a sociedade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TOLEDO, M. F. B. O analfabetismo funcional: um desafio para a escola e para a sociedade. **Revista Científica FAEF**, Garça, v. 2, n. 2, p. 44-50, 2015.

VÓVIO, C. L. O INAF e as pesquisas sobre letramento no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 153-168, 2008.